

# Superior Tribunal de Justiça

## EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 826.776 - DF (2010/0191233-0)

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**EMBARGANTE** : UNIÃO  
**EMBARGADO** : A ARAÚJO S/A ENGENHARIA E MONTAGENS - MASSA  
FALIDA E OUTRO  
**REPR. POR** : JOSÉ ACURCIO CAVALEIRO DE MACÊDO - SÍNDICO  
**ADVOGADA** : HELOÍSA MENDONÇA E OUTRO(S) - DF000718

### EMENTA

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. PRETENDIDA REDUÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. TRÂNSITO EM JULGADO. INDEFERIMENTO DO PLEITO RECURSAL DA UNIÃO. SUPERVENIENTE ANULAÇÃO DA SENTENÇA EXECUTADA. PERDA DE INTERESSE RECURSAL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA PREJUDICADOS.

### DECISÃO

Trata-se de embargos de divergência opostos pela UNIÃO contra acórdão da PRIMEIRA TURMA, relatado pelo Ministro Luiz Fux, e ementado nestes termos:

**"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. REDUÇÃO DE OFÍCIO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. TRÂNSITO EM JULGADO, ACÓRDÃO QUE DECIDIU A CONTROVÉRSIA À LUZ DE INTERPRETAÇÃO DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL E PROBATÓRIA. INADMISSIBILIDADE.**

*1. A constitucionalização da solução da lide e a necessidade de invasão de análise do conjunto probatórios dos autos, revelam-se insindicáveis em sede de Recurso Especial, ante o óbice da Súmula 07 do E. STJ, mercê de assim o fazendo, a Corte, usurpar competência que, por expressa determinação da Carta Maior, pertence ao Colendo STF.*

*2. Controvérsia dirimida pelo C. Tribunal a quo à luz da Constituição Federal, razão pela qual revela-se insindicável a questão no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, em sede de Recurso Especial. Precedentes: REsp 889.651/RJ, DJ 30.08.2007; REsp n.º 808.045/RJ, DJU de 27/03/2006; REsp n.º 668.575/RJ, Primeira Turma, Relator Min. Luiz Fux, DJU de 19/09/2005.*

*3. In casu, restou assentado no acórdão proferido pelo Tribunal a quo, verbis: Sustentou o MM. Juízo a quo que a alegada desconformidade contábil relativa ao item XIV da sentença trata-se e questão de ordem pública, enquanto que a verba honorária, fixada em 20% sobre o valor da condenação, foge aos parâmetros da razoabilidade e da moralidade pública. Tais fundamentos embasaram suas*

# Superior Tribunal de Justiça

determinações quanto à realização de nova perícia, assim como de redução dos honorários do patrono.

Entretanto, tais questões, ainda que de ordem pública ou por ofensa ao princípio da razoabilidade e moralidade, encontram-se acobertadas pelo manto da coisa julgada, que, no dizer de Enrico Tullio Liebman, vincula não somente as partes, mas também o juiz e o legislador, de modo a impedir que novos provimentos ou nova disciplina legal venham a ditar condutas ou estabelecer obrigações e direitos discrepantes daqueles que a sentença estabeleceu. Não cabe, já em fase de expedição de precatórios, apreciar-se questões com o propósito de desconstituir comando sentencial transitado em julgado, inclusive porque impugnados pelo ora agravada extemporaneamente ou sequer foi motivo de irresignação, como é o caso da redução dos honorários advocatícios. Tal efeito, pela excepcionalidade que encerra, pode ser perseguido somente pela via da ação rescisória.

Incabível e inviável, assim, seja reaberta a fase probatória, ante a realização de nova perícia contábil, no intuito de rediscutir questões da sentença, que, além de não impugnada no tempo devido, está acobertada pela coisa julgada. Da mesma forma, não entendo razoável a redução dos honorários, questão também transitada em julgado, sem que tivesse havido, em momento algum do trâmite processual, inconformismo da parte ora agravada relativamente ao montante fixado pela sentença.

**Não me soa plausível que, de ofício, possa o douto magistrado reduzir os honorários advocatícios, ultrapassando, assim, o óbice da coisa julgada, em ofensa ao art. 5º, inciso XXXVI, da CF, invocando, em razão do seu poder discricionário, os princípios da razoabilidade e da moralidade, para justificar tal atitude.** Ora, caso o valor fixado a título de honorários afrontasse à moralidade e à razoabilidade, como ressaltado pela decisão agravada, deveria, sim, a Coalbra/União Federal ter se insurgido contra os parâmetros da condenação.

O próprio Juízo a quo deixa claro estar revendo e reformando decisão judicial transitada em julgado, no entanto, prioriza o fato de se tratar de questão de ordem pública, ao afirmar que 'tendo em vista a alegada desconformidade contábil relativa ao item XIV da sentença, como restou incontestado na fundamentação supra, taxa ANDIB não é fruto de determinação expressa da sentença ou do acórdão exequiendos (...), **mas sim de decisão judicial transitada em julgado advindo de insistente manifestação da autora nesse sentido**, tanto isso é verdade que, em primeiro momento, restou rejeitada (fls. 2.418), como apontado, por se tratar de questão de ordem pública, pode, deve e merece ser revista, em nome da garantia da efetiva e justa prestação jurisdicional'.(grifei)

Na mesma linha em relação aos honorários advocatícios, a decisão agravada explicou que 'muito embora efetivamente os mesmos estejam acobertados pela coisa julgada material, o que em princípio retiraria qualquer possibilidade jurídico-processual de sua revisão, tenho que, data vênica, sobre os mesmos merecem ser feitas as seguintes considerações'.

Entendo, porém, que a coisa julgada deve ter sua supremacia

# *Superior Tribunal de Justiça*

*respeitada, nos termos do art. 5º, inciso XXXVI, da CF, inclusive por não existir como exceção a hipótese adotada pelo Juízo a quo, no sentido de sobrepujar a questão de ordem pública e os princípios da razoabilidade e moralidade ao trânsito em julgado do comando sentencial, menos ainda quando pretende o reexame da questão através da reabertura da fase de instrução probatória, ou a redução dos honorários sem que tivesse havido qualquer irrisignação da parte prejudicada.*

*(...) O próprio Juízo a quo, para proceder à redução dos honorários advocatícios, embora se apoiando nos princípios da moralidade e da proporcionalidade, confirmou 'o inquestionável zelo do nobre advogado, Dr. Luiz Cássio dos Santos Werneck e sua equipe, bem como a natureza e a complexidade da causa'.*

***Ora, tais elementos, requisitos a serem analisados conforme determina as alíneas do § 3º, do art. 20, estão plenamente preenchidos, não havendo que se questionar o grau de zelo dos patronos que por mais de 25 anos vêm, travando verdadeira batalha judicial, enfrentando controvérsias complexas e importantes, inclusive pelo longo tempo e dedicação que lhe foram exigidos.***

*Diante das análises de todos os elementos fáticos pertinentes ao caso em tela, não vislumbro que a condenação em honorários advocatícios no patamar de 20% sobre o valor da condenação infrinja os princípios da moralidade, da proporcionalidade e da razoabilidade. A respectiva quantia, ainda que elevada, se coaduna de forma razoável e proporcional ao trabalho desenvolvido pelos patronos da causa, os quais, por sua vez, pronta e tempestivamente respondem às irrisignações extemporâneas e protelatórias da União Federal. (fls. 83/87-grifei)*

***4. Agravo Regimental desprovido." (fls. 339-341)***

Ainda foram opostos embargos de declaração, os quais foram rejeitados, consoante acórdão de fls. 373-375.

Inconformada, a UNIÃO opôs embargos de divergência (fls. 386-512), ponderando, de início, pela suspensão do julgamento deste recurso,

*"[...] ao aguardo do julgamento dos Embargos de Divergência no Recurso Especial n.º 667.002/DF [...], decorrente de apresentação de objeção de pré-executividade, pela União, na mesma execução, onde instaurado o incidente, objeto do presente recurso, entendeu em dar provimento ao recurso especial da União, com o reconhecimento da nulidade do título executivo judicial" (fl. 393).*

No mérito, alega que o acórdão embargado diverge do entendimento das SEGUNDA e QUARTA TURMAS desta Corte acerca da fixação de honorários advocatícios exorbitantes em desfavor da Fazenda Pública, bem como da não realização de nova perícia em caso de violação do princípio da moralidade e da aplicação da Súmula

# Superior Tribunal de Justiça

n.º 7 do STJ.

O Ministro Aldir Passarinho Junior, então Relator destes embargos, proferiu a decisão de fl. 518, admitindo-os e determinando seu processamento.

O Embargado ofereceu impugnação às fls. 526-540.

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal ofereceu o parecer de fls. 549-555, opinando pelo não conhecimento dos embargos de divergência.

O Ministro Humberto Martins, que sucedeu o Relator originário, proferiu a decisão de fls. 557-559, acolhendo o pedido preliminar, *"até final apreciação do EREsp 667.002/DF, atualmente com vista para o Ministro Herman Benjamin, e requeiro, por conseguinte, a retirada dos presentes autos de pauta."*

Com a assunção de Sua Excelência do cargo de Corregedor Nacional de Justiça, foi determinada a redistribuição do feito, a mim atribuído em 19/03/2019, com os autos remetidos à conclusão em 04/04/2019 (fl. 646).

É o relatório. Decido.

Compulsando as judiciosas informações disponíveis no sítio eletrônico deste Superior Tribunal de Justiça, constato que sobreveio o julgamento do **EREsp 667.002/DF** pela Corte Especial, que não conheceu do recurso; ainda houve a oposição de embargos de declaração, que foram rejeitados em julgamento realizado em 29/01/2019, cujo acórdão foi encaminhado à publicação em 11/03/2019.

Nesse contexto, evidencia-se a superveniente perda de interesse processual na tramitação do presente recurso, que pretendia discutir os honorários advocatícios decorrentes de execução de sentença, que foi **anulada** pelo acórdão que julgou o **REsp 667.002/DF** (*decisum* mantido com a rejeição dos EREsp 667.002/DF manejados pela ora Embargada), ao entendimento de que *"A nulidade por incompetência absoluta do juízo e ausência de citação da executada no feito que originou o título executivo são matérias que podem e devem ser conhecidas mesmo que de ofício, a qualquer tempo ou grau de jurisdição, pelo que, perfeitamente cabível sejam aduzidas, como in casu o foram, por meio de simples petição, o que configura a cognominada 'exceção de pré-executividade'".*

Ante o exposto, JULGO PREJUDICADO o presente recurso de embargos de divergência.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora

